

Se não curte afeminado, então tchau: capacidades de agir frente aos discursos de ódio no aplicativo *Grindr*

Ettore Stefani de Medeiros

Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Comunicação Social,
Belo Horizonte, MG, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6880-3331>



Resumo

A plataformação tem reconfigurado as relações afetivo-sexuais e as subjetividades por meio de aplicativos como o *Grindr*. Embora o aplicativo facilite conexões entre homens, seu uso frequentemente reflete violências discursivas e a reprodução de exclusões sociais. Esta pesquisa aborda a lacuna científica sobre as capacidades de agir nesse cenário, tendo como objetivo analisar como usuários do *Grindr* desenvolvem agências linguísticas diante de discursos de ódio. Teoricamente, o estudo ancora-se na perspectiva de Judith Butler sobre performatividade e agência, reconhecendo o caráter histórico e comunicacional das injúrias em uma matriz cisheteronormativa, abertas a ressignificações. Metodologicamente, a investigação é exploratória e qualitativa. A partir do conceito butleriano de agência e de historicidades ligadas a homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens, foram analisados perfis de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. O foco analítico recai sobre a categoria “injúrias como autodenominações”, observando como pessoas usuárias se apropriam de termos pejorativos – como “afeminado”, “gordo” e “velho” – para ressignificá-los. A análise demonstra que essas agências não são puramente autônomas, mas negociadas: ao citar a injúria para se autodefinir, o sujeito utiliza a força do poder normativo para deslocar seus fluxos e desafiar a inferiorização. Conclui-se que tais práticas comunicacionais provocam rupturas na performatividade do ódio, demonstrando que o poder é passível de inflexões e reorientações por meio da linguagem.

Palavras-chave

discurso de ódio; agência; performatividade; Grindr

1 Introdução

Desde o início da década de 2010, vivemos um tempo marcado pela plataformação, que consiste na “[...] penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida” (Poell; Nieborg; van Djick, 2020, p. 8). Esse processo influi nos modos como construímos nossas subjetividades, experienciamos nossas intimidades e nos relacionamos socialmente, inclusive afetivo-sexualmente. Não à toa tem sido crescente o uso de aplicativos na busca de possíveis parcerias românticas e/ou eróticas (Melo, 2023), como *Tinder*, *Bumble* e *Grindr*. Para Kane Race (2018), tais mídias produzem novas práticas, culturas e maneiras de ser e estar no mundo, algo também defendido por Larissa Pelúcio (2017, p. 95): “[...] [t]emos que levar a sério que as pessoas que estão nos aplicativos não são ‘pessoas dos aplicativos’, presas ali em um suposto universo paralelo. Estão, portanto, sendo constituídas nesses processos mais amplos, dos quais a dimensão subjetiva não escapa”. Dessa maneira, é relevante investigarmos de que formas os aplicativos afetivo-sexuais, enquanto mídia em tempos de plataformação, engendram subjetividades e (re)estruturam relações sociais e práticas comunicacionais.

Nesse contexto, situa-se o *Grindr*, um aplicativo majoritariamente utilizado por homens¹ em busca de conexões afetivo-sexuais² com outros homens (HRH, abreviação que será adotada neste artigo para fins de síntese). Em relação às demais aplicações do segmento, ele destaca-se por ter o maior número de pessoas usuárias ativas mensais tanto globalmente, o que corresponde a aproximadamente 14,2 milhões (Grindr, 2025a), quanto no Brasil, com cerca de 1,2 milhão (Sensor Tower, 2025). Vale ressaltar que o Brasil é um dos três países que mais consome o aplicativo mundialmente, pódio que é dividido com Estados Unidos e Índia (Grindr, 2025b). Embora o aplicativo possa propiciar experiências positivas, o seu uso frequentemente reflete e reconfigura normas persistentes e violências discursivas, nas quais exclusões sociais preexistentes são reproduzidas e, concomitantemente, confrontadas.

Sobre isso, as diferentes normas e violências presenciadas em aplicativos como o *Grindr* têm motivado pesquisas brasileiras (Bonfante, 2016; Alencar, 2017; Miskolci, 2017; Baydoun, 2020; Costa, 2020; Medeiros, 2021, 2022; Simões Junior, 2022; Melo, 2023; Alves;

¹ Apesar de, em campo, termos percebido a crescente presença de mulheres trans, pessoas travestis, *queer* e/ou não binárias no *Grindr*, o aplicativo ainda é usado majoritariamente para interações entre homens.

² Embora haja muitas razões pelas quais pessoas usuárias se conectem ao aplicativo, as principais utilizações envolvem finalidades afetivo-sexuais: encontros eróticos casuais face a face, romances, trocas de fotos íntimas e flertes exclusivamente on-line. Tratar das dimensões afetivo-sexuais, unindo-as com um hífen, é uma tentativa de quebrar com uma divisão categórica entre romance e sexo, amor e tesão, já que há sobreposições e interligações entre as partes.

Santos; Regis, 2024; Gonçalves, 2024; Silva, 2024; Rodrigues, 2025) e também internacionais (Chan, 2018; Conner, 2018; Hutson *et al.*, 2018; Race, 2018; García-Gómez, 2020; Steinfeld, 2020; Mowlabocus, 2021; Austen; Bonell; Griffiths, 2022; Philip, 2024; Lozano Buitrago, 2025; Hakim *et al.*, 2025; Díaz Ledesma; Navarro Martínez, 2025), as quais têm relevado como as próprias pessoas usuárias³ recriminam seus pares. Dentre as expressões violentas presentes no aplicativo, podemos citar as que envolvem discursos de ódio ligados a aversão, medo, preconceito ou discriminação contra pessoas: (a) afeminadas, sobretudo homens (efeminofobia), (b) homossexuais ou que são percebidas como homossexuais (homofobia), (c) negras (racismo), (d) não jovens (etarismo), (e) gordas (gordofobia), (f) que vivem com HIV (sorofobia), (g) trans (transfobia), (h) pertencentes a outras culturas e/ou nacionalidades (xenofobia), (i) homens que são sexualmente passivos, (j) homens que têm pênis considerados pequenos.

O conjunto de estudos supracitados ilustra que, no *Grindr*, é recorrente encontrar perfis com textos verbais que inferiorizam de maneira direta e despudorada homens afeminados, gordos, passivos e/ou não cumpridores de alguma característica considerada idealmente masculina ou humana. Certas pessoas usuárias aceitam interagir apenas com outras que possuem características afins – usualmente as mais valorizadas socialmente, como virilidade, juventude, muscularidade e branquitude. Marcada por disputas comunicacionais internas, o aplicativo é compreendido por nós como uma das ambiências midiáticas que modela o mundo social e as subjetividades de HRH, sobretudo em um contexto de plataformização.

Embora haja manifestações no aplicativo que expressam categoricamente que alguns corpos são considerados mais dignos do desejo alheio do que outros, existem também espaços para resistências e capacidades de agência. Sobre isso, tem sido crescente o número de pessoas usuárias que combatem discursos de ódio em suas presenças midiáticas no *Grindr*, lançando críticas às desigualdades e hierarquias (Miskolci, 2017; Conner, 2018; Simões Júnior, 2022).

Com isso em perspectiva, o objetivo geral desta investigação é analisar de que forma pessoas usuárias do *Grindr* desenvolvem agências linguísticas menos ou mais combativas diante dos discursos de ódio ali presentes. Segundo João Antonio Gonçalves (2024), pesquisas sobre esse aplicativo e outros semelhantes tendem a dar ênfase nos preconceitos e discriminações, sendo escassas na literatura acadêmica o foco em capacidades de agir,

³ A fim de aplicar uma linguagem inclusiva de gênero, fazemos uso de “pessoas usuárias” ao tratarmos de grupo que abarca gente de diferentes gêneros – masculino, feminino ou não-binário. O mesmo ocorre quanto à utilização de “pessoa usuária”, no singular. Nesse sentido, a presença de “usuários” ou “usuário” neste artigo faz referência especificamente a pessoa(s) do gênero masculino.

sobretudo nacionalmente. Além de visar preencher tal lacuna, nosso intuito também envolve certa fuga do pessimismo frente aos discursos de ódio, já que buscamos lançar luz sobre possibilidades de respostas a injúrias.

Seguinte a esta introdução, na seção 2, realizamos uma discussão teórica sobre discursos de ódio e possibilidades de agir linguisticamente diante deles, apoiando-nos principalmente nas teorizações sobre performatividade e agência de Judith Butler (2017a; 2017b; 2018; 2019; 2021a; 2021b). Com tais reflexões, reconhecemos o caráter histórico, sociocultural e comunicacional de expressões odiosas, bem como os modos como elas podem ser negociadas. Ademais, situamos os discursos de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+⁴ na cisheteronormatividade (Mattos; Cidade, 2016), matriz que regra e inferioriza os corpos dessa população.

Já na seção 3, delimitamos que a investigação possui caráter exploratório e natureza qualitativa, bem como descrevemos os caminhos metodológicos seguidos, o que inclui uma breve caracterização de funcionalidades do *Grindr* e explicação sobre o processo de coleta de perfis no aplicativo. Além disso, expressamos que a análise foi empreendida a partir das teorizações sobre agência linguística de Butler (2017a; 2017b; 2021a). À medida que coletávamos as capacidades de agir nos perfis do *Grindr* diante de discursos de ódio, fez-se necessário compreender os seus contextos passados, movimento analítico essencial por ancorarmos-nos na perspectiva butleriana. Para tanto, valemo-nos de contribuições científicas (Fry; Macrae, 1985; Duggan, 2002; Trevisan, 2018; Drucker, 2018; Green, 2019; Quinalha, 2021) sobre historicidades de HRH, seus contextos socioculturais e comunicacionais, as violências por eles sofrida.

Este artigo deriva de uma pesquisa de doutorado, defendida em 2022 e realizada por Ettore Stefani de Medeiros no programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Medeiros, 2022). Dessa investigação, chegamos a três categorias de análise: (a) injúrias como autodenominações, (b) (re)apropriações de códigos e negociações com o armário e (c) agências debochadas e/ou agressivas. Neste artigo, tratamos especificamente da primeira categoria originada no processo investigativo: “injúrias como autodenominações”, cujo desenvolvimento encontra-se na seção 4.

⁴ Grupo formado por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, *queer*, intersexo, assexuais, aromânticas, pansexuais, não binárias e/ou pertencentes a outras dissidências de sexo, gênero e/ou sexualidade.

2 Performatividade dos discursos de ódio e possibilidades de agência

A fim de situarmos o conceito de “discurso de ódio”, iniciamos com uma reflexão sobre “discurso”. Michel Foucault (1996) entende discursos como conjuntos de enunciados que normatizam os modos de ser e estar no mundo, estruturados por eventos repetitivos e contextos históricos. Quando agrupados, esses enunciados constroem discursos contínuos, essenciais para a formação sociocultural das identidades. O discurso é textualizado pelas relações de poder, que transcendem as leis, atuando como uma matriz dispersa que institui mecanismos controladores e sutis, que se estabelecem para além da soberania estatal (Foucault, 1999; 2005). “As relações de poder não podem ser simplesmente destruídas ou invertidas” (Spargo, 2019, p. 22), pois são simultaneamente vigilantes e produtivas, o que implica a existência de brechas para ressignificações. Desse modo, as categorias identitárias, sendo atravessadas pelo poder, configuram-se como ficções elaboradas na e pela linguagem.

Seguindo as teorias foucaultianas, Butler (2019, p. 313) define discurso como “[...] conjunto de cadeias complexas e convergentes cujos ‘efeitos’ são vetores de poder” múltiplos e descentralizados, que transcendem o oral. A ordem simbólica da linguagem é tão impositiva que inviabiliza a constituição de qualquer pessoa fora desse sistema. Assim, há limitações em como assumimos identidades, pois elas são moldadas normativamente. Portanto, a noção de um “eu” ontológico não se sustenta, já que não há como escapar das relações de poder.

Orientando-se por esse horizonte teórico, Butler (2017b; 2019) sustenta que sujeitos não são suas identidades; inversamente, as constroem ficcionalmente na linguagem⁵, por meio de repetições e ciclos iterativos que são inevitáveis, movimento que também ocorre nas manifestações do poder e das normas. Esse processo se chama performatividade, termo derivado das reflexões de Austin sobre atos de fala. A noção de um “eu” originário é rejeitada, pois Butler defende que as identidades são assumidas performativamente, criadas na superfície corporal por gestos, atuações e práticas comunicacionais. Tais fabricações são significadas artificialmente, demonstrando que a materialidade do corpo não é pré-discursiva, estando ligada às normas persistentes da linguagem.

A performatividade não é um ato livre, mas uma prática de poder citacional que, se eficaz, nomeia e produz o que visa governar. Desse modo, a formação do sujeito é orientada performativamente, definindo-o como culturalmente inteligível ou não. Os contornos

⁵ Vale ressaltar que a argumentação da filósofa de que as identidades são ficcionais não faz delas desnecessárias. A própria Butler expressa que a tarefa política não deve recusar as categorias representacionais, já que isso é impossível. Portanto, seu interesse passa mais por evidenciar que, reconhecendo seu caráter construído, as identidades são restritivas, o que gera exclusões no campo político e, por isso, devem ser questionadas (Spargo, 2019).

identitários, embora pareçam naturais e sejam efeito de convenções forçadas, dissimulam-se como coerentes. O dualismo atua na manutenção dessa ilusão: a identidade é uma relação binária de oposição com outras pessoas, gerando uma hierarquização em vez de um antagonismo neutro (Salih, 2019). Em outras palavras, para haver a construção de sujeitos dotados de inteligibilidade cultural, é necessária a existência de quem não alcança o *status* de “pessoa”. Seres que são “não-gente” tornam-se, portanto, necessários para circunscrever e manter o domínio de quem é “gente”; ou seja, as categorias sociais normativas contêm aquilo que rejeitam. A coerência identitária de corpos valorizados é fabricada pela exclusão de seres não aceitos pelas normas, ignorando sobreposições identitárias (Louro, 2018).

Chegamos, pois, ao conceito de “discursos de ódio”, uma ação traumática performativa e repetitiva (Butler, 2021b), que visa causar dano ao seu alvo, cuja expressão pode ter diversas gradações e não se limitar à violência física. Há nesses discursos uma dimensão comunicacional, uma vez que eles se concretizam nas relações interacionais entre sujeitos e/ou grupos, por meio da linguagem (Perez, 2017). Dito de outra forma, para que seja iteradamente atualizada, a performatividade dos discursos de ódio depende de práticas comunicacionais. Discursos de ódio, tomados em sua particularidade comunicacional, (re)modelam o mundo social e visam fundamentar uma oposição identitária binária: eu/nós contra vocês/outras grupos. Tal lógica promove uma divisão desigual entre quem tem uma vida tida como importante e quem não mereceria amparo ou luto, incluindo grupos minorizados, percebidos normativamente como inferiores (Butler, 2018). A performatividade dos discursos de ódio opera comunicacionalmente via reiteração, oposição e exclusão; busca preservar lugares hierárquicos. Isso implica uma historicidade sociocultural que transcende o indivíduo, sendo constituída por interações e lógicas de poder duradouras.

A historicidade dos discursos de ódio contra a população LGBTQIAPN+ e HRH tem como base a cisheteronormatividade, definida como a matriz que usa a heterossexualidade e a cisgeneridade como base para relações de parentesco e organização compulsória das identidades de gênero (Mattos; Cidade, 2016). Esse sistema impõe o modelo afetivo-sexual heterossexual, familiar e monogâmico a todas as pessoas, naturalizando também uma divisão binária alinhada à cisgeneridade. Nessa lógica, pessoas cisheterossexuais ocupam uma posição socialmente superior, sendo “[...] recompensad[as] com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais” (Rubin, 2017, p. 82).

Enquanto sistema de poder, a cisheteronormatividade é central para que discursos de ódio direcionados a pessoas LGBTQIAPN+ e HRH continuem sendo proferidos. Performativamente, os significados passados desses discursos acumulam-se às injúrias LGBTQIAPN+fóbicas contemporâneas, de modo que essas populações ainda são associadas a pecado, doença, criminalidade (Trevisan, 2018). Isso não se limita a violências advindas de grupos externos, de maneira que inferiorizações ocorrem igualmente em nível intragrupal. O *Grindr* é um exemplo ilustrativo, em que pessoas usuárias direcionam injúrias para outras que pertencem à suposta mesma comunidade, fomentando a performatividade investigada nesta pesquisa.

Ao proferir uma comunicação injuriosa a pessoas LGBTQIAPN+ ou HRH, cada agente condensa significados passados das palavras derogatórias, buscando manter o poder cisheteronormativo no presente e futuro. Desse modo, discursos de ódio são ações que carregam historicidade e necessitam de repetição para perpetuação (Butler, 2021b). O êxito da ação insultuosa depende dos efeitos cumulativos do discurso, pois o ato de enunciá-lo implica reviver um trauma.

Por outro lado, existem possibilidades de agir frente aos discursos de ódio mesmo que o poder exerça dominação sobre nós, regulando-nos arbitrariamente desde o nascimento. O poder tanto restringe os sujeitos quanto torna possível suas agências; condiciona suas ações, mas não as determina; subordina, mas também gera a possibilidade de identidade social, o reconhecimento do “eu” (Ingala, 2024). Assim, somos dependentes do poder para sermos sujeito, entendido como “[...] ocasião linguística para o indivíduo atingir e reproduzir a inteligibilidade, a condição linguística da sua existência e ação” (Butler, 2017a, p. 10). Essa sujeição é, paradoxalmente, submissão e garantia de existência. Por isso, injúrias, como enunciados do poder, tanto subjugam seus alvos quanto oferecem modos de existir contra e a partir delas (Butler, 2017b).

É relevante, pois, considerar que a noção butleriana de “agência” dissolve a ideia de que as capacidades de agir envolvem uma subversão total ou a ação livre dos sujeitos nelas implicados. O poder é persistente, de modo que existe “[...] a capacidade não de escapar das normas, mas de resistir a elas e variá-las” (Ingala, 2024, p. 62-63, tradução nossa). Igualmente, a perspectiva de Butler (2017a; 2021b) mostra que não há um sujeito soberano por trás das suas ações, posto que toda pessoa se insere em um contexto sociocultural de poder que a modela. Dessa maneira, as capacidades de agir dependem de normas e reconhecimentos sociais para existirem, sendo afetadas pelo coletivo ao mesmo tempo que o afetam. Agências

pressupõem uma alteridade e são um fenômeno relacional, não sendo praticadas por agentes individualmente (Figueiredo, 2024).

O mesmo ocorre para quem enuncia um discurso de ódio: essa pessoa não detém soberania sobre a fala, posto que não governa a linguagem nem decide autonomamente por suas significações. Dessa maneira, a performatividade dos discursos de ódio pode ser rasurada por falhas e iterações que desobedecem à coerência identitária; há instabilidades que podem subverter as normas (Blanco, 2024). Quando uma injúria é dirigida a alguém, o alvo pode dar um uso distinto ao chamado derogatório. Posto de outra forma, o sujeito pode agir inesperadamente contra a historicidade do performativo, rebatendo a ofensa, o que reorienta os fluxos de poder e gera chances de transgressão (Louro, 2015). É por essa razão que investigar determinadas agências diante de discursos de ódio exige, por uma perspectiva butleriana, compreender as historicidades ligadas a elas.

Similarmente aos discursos de ódio (Perez, 2017), as capacidades de agir diante deles, além de relacionais, são igualmente comunicacionais. A manifestação das agências por meio da linguagem é o que gera a possibilidade de rupturas performativas (Butler, 2021b): há a necessidade de que alguma concretude – seja por meio de fala, escrita, movimento corporal ou outro – seja coletivizada para que deslocamentos de significação tornem-se possibilidades. Esse processo pode se dar a partir de diferentes linguagens, materialidades e expressões comunicativas, inclusive as midiáticas, como as presentes no *Grindr*.

A fim de ilustrar como agências linguísticas podem tomar forma, citamos brevemente as explanações de Butler (2019) sobre a palavra “*queer*”, termo em inglês que tem sido historicamente utilizado como insulto, principalmente nos Estados Unidos. Em contextos passados, *queer* caracterizava uma pessoa estranha ou, ainda, lésbica ou gay. Porém, na década de 1980, novas significações foram atribuídas à palavra, posto que grupos minorizados convertem-na de injúria para autoafirmação política por meio de ações comunicativas, como em manifestações públicas e conteúdos midiáticos. Evidencia-se, nesse caso, que sujeitos se originam na submissão e podem, posteriormente, investir-se de poder e desenvolver agências.

Consideramos pois, que no espaço entre o ato e seus efeitos reside a oportunidade de contradiscursos, que não devem ser confundidos com mera postura passiva e pacífica, nem com uma prática individualista que ignora o impacto do poder. Butler (2021a) aponta para certa agressividade existente nas agências linguísticas, baseada num ideal ético de interdependência e igualdade. Questionar as normas expõe a negação de *status* de vida a certos

corpos, implicando uma resistência não violenta, que é forte e agressiva, embora não destrutiva. Resistir exige uma luta não violenta por transformações sociais.

Diego Paz (2021) propõe atualizações à “agência” de Butler, argumentando que a filósofa privilegia o enfrentamento radical das normas, ignorando nuances. Para Paz (2021), baseado em Saba Mahmood, as agências podem desviar-se de ações emancipatórias, por vezes adaptando-se ou conformando-se ao poder: pessoas podem exercer sua agência enquanto alinham-se às normas. Em certos contextos, a capacidade de agir não se opõe intensamente ao poder, tampouco incorpora agressividade. A tese de Paz – que foca em como pessoas que sofrem LGBTQIAPN+fobias criam mecanismos de agência – evidencia que as possibilidades de ação podem ser mais ou menos combativas às lógicas de poder. Neste artigo, focamos na existência dessas agências linguísticas no *Grindr*, ambiente marcado por diferentes discursos de ódio.

3 Caminhos metodológicos

Por meio desta pesquisa, buscamos preencher uma lacuna na literatura acadêmica nacional e internacional, analisando não as violências e os preconceitos discursivos vividos em aplicativos como o *Grindr*, mas as capacidades de agir que pessoas usuárias desenvolvem diante de tal contexto, ainda pouco debatidas cientificamente (Gonçalves, 2024). Portanto, a investigação assume caráter exploratório, visando “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2025a, p. 42). A natureza do estudo é qualitativa, indicada quando há a intenção de aprofundar-se em um fenômeno e conhecer os seus meandros (Gil, 2025b), de modo que consideramos as agências encontradas nos perfis coletados por uma lente subjetiva.

A fim de apresentarmos como a coleta foi empreendida, vale explicar sucintamente algumas funcionalidades do *Grindr*. Em sua interface, o aplicativo exibe um painel visual de fotos em ordem decrescente de proximidade (Figura 1). Essa organização coloca pessoas usuárias mais próximas no topo da tela, o que é possível graças ao uso do GPS⁶, que rastreia a localização geográfica do dispositivo. Na versão gratuita, apenas os 100 perfis mais próximos podem ser totalmente visualizados, com os quais uma conversa pode ser iniciada.

O *Grindr* também oferece a função de chat e a aba “Explorar”, permitindo a busca e a visualização de perfis em qualquer localização geográfica global. Cada perfil aceita até cinco

⁶ Sigla em inglês para “*global positioning system*”, cuja tradução é “sistema de posicionamento global”.

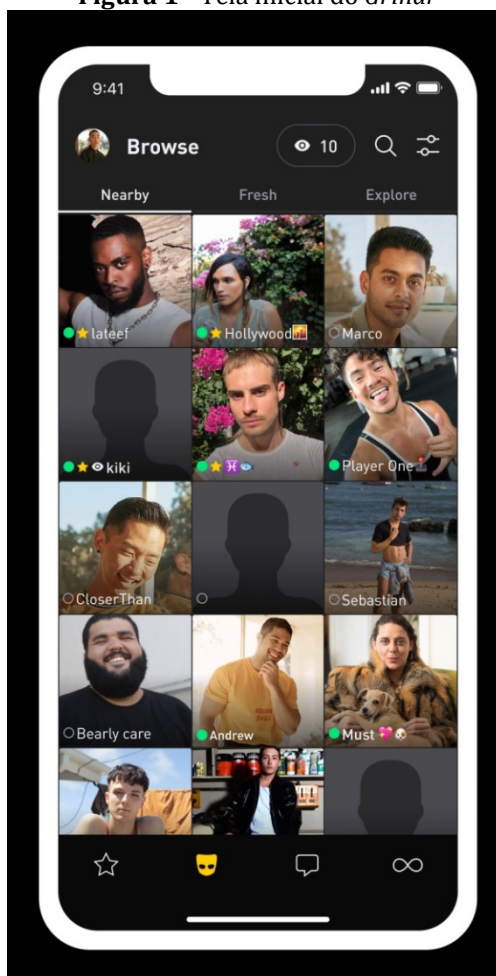
fotos, um “nome de exibição” limitado a 15 caracteres e um “sobre mim” de até 225 caracteres. Adicionalmente, há campos pré-formatados para dados como idade, peso, posição sexual e identidade de gênero.

Para o desenvolvimento da pesquisa, criamos um perfil no *Grindr* sem informações visíveis, de modo que não inserimos fotos, nome, idade ou qualquer descrição. Intencionalmente, desabilitamos o rastreamento de distância e a visibilidade na aba “Explorar”, além de não termos interagido com qualquer pessoa usuária. A conta que elaboramos foi empregada na coleta de perfis, realizada entre julho de 2021 e fevereiro de 2022, período em que as versões do *Grindr* variaram entre 7.5.0 e 8.6.0. Nesses meses, acessamos o aplicativo em diferentes momentos e utilizamos a aba “Explorar”, que nos permitiu visualizar gratuitamente até 100 perfis por ponto geográfico. Percorremos diversas localizações, abrangendo cidades em todos os 26 estados e no Distrito Federal, do interior às capitais.

Para exemplificar o processo de coleta, descrevemos uma sequência de ações: acessamos o aplicativo, clicamos em “Explorar” e digitamos “Boa Vista”. Isso nos direciona ao mapa da capital de Roraima, permitindo fixar um ponto exato no território e selecionar, com precisão, o local de navegação. Optamos pelo centro, onde a plataforma exibe os 100 perfis mais próximos. Dada a dimensão de Boa Vista, para acessar novas pessoas usuárias, deslocamos o ponto de localização a bairros mais distantes, repetindo a ação pelo menos duas vezes. Abrimos e lemos cada perfil, identificando capacidades de agir frente aos discursos de ódio. Ao notarmos agências, copiamos o perfil via *print*.

Repetimos o processo inúmeras vezes, resultando na visualização de mais de 20 mil perfis. Desses, registramos cerca de 200, em que eram flagrantes as manifestações de agências segundo a perspectiva butleriana, já debatida na seção anterior. Os trechos selecionados foram agrupados por padrões, originando três categorias analíticas: (1) injúrias como autodenominações, (2) (re)apropriações de códigos e negociações com o armário, (3) agências debochadas e/ou agressivas. A divisão é para fins didáticos, dada a sobreposição entre categorias. Para anonimizar os sujeitos, exibimos apenas trechos escritos das suas descrições, omitindo fotos, nome e idade.

Figura 1 - Tela inicial do *Grindr*



Fonte: Grindr (2022).

Descrição da Figura 1: cópia da tela de celular, que exibe interface do *Grindr*. A imagem foi coletada do site do aplicativo em 2022, de modo que é uma divulgação feita pela própria plataforma. A tela mostra uma grade com diversos perfis de pessoas, cada uma com uma foto e nome, em poses e cenários diferentes. No topo, há as abas “Nearby”, “Fresh” e “Explore”. Acima delas há ícones de busca, filtros e mensagens. Na parte inferior há uma barra de navegação com quatro ícones.

Neste artigo, focamos na primeira categoria, “injúrias como autodenominações”, cuja análise é feita por meio das teorizações butlerianas sobre agência linguística (Butler 2017a; 2017b; 2021a).

Como afirmam Cristina Figueiredo (2024) e Emma Ingala (2024), o conceito butleriano de agência linguística se insere na teoria da performatividade, de tal forma que as capacidades de agir existem a partir de iterações normativas inevitáveis. No contexto dos discursos de ódio, esse processo cíclico envolve uma historicidade, no qual um enunciado injurioso necessariamente retoma significações passadas, mesmo que um novo sentido emergja em seu

uso. Por essa razão, analisar, por meio de Butler, as agências linguísticas diante dos discursos de ódio LGBTQIAPN+fóbicos no *Grindr* demanda compreender a historicidade que as compõe.

Conforme interagíamos com o *corpus* da investigação, entramos em contato com expressões e enunciados que remetiam a contextos socioculturais e comunicacionais passados relacionados à população LGBTQIAPN+ e às violências por ela sofridas, o que exigiu que realizássemos uma pesquisa bibliográfica para sua compreensão. Para esse fim, valemo-nos sobretudo de produções de Peter Fry e Edward Macrae (1985), Lisa Duggan (2002), João Silvério Trevisan (2018), Peter Drucker (2018), James Green (2019) e Renan Quinalha (2021). Por meio delas, debruçamo-nos sobre as agências linguísticas encontradas, processo analítico que considerou que as capacidades de agir são uma resposta à força cumulativa da cisheteronormatividade. A força em questão encontra-se ligada a uma cadeia diacrônica de significados traumáticos e hierárquicos que regulam os corpos, remontando a sistemas sexuais e termos derogatórios de outrora.

Compreendemos que a performatividade dos discursos de ódio contra a população LGBTQIAPN+ e HRH encontra, no *Grindr*, um território midiático para operar as suas iterações. No aplicativo, reforços e/ou combates às lógicas de poder tomam forma em práticas comunicacionais das pessoas usuárias, como as presentes em seus perfis. Nesse processo, capacidades de agir podem se manifestar, ressignificando injúrias por meio da ação da linguagem.

4 Injúrias como autodenominações: o poder como inerente às agências

No *Grindr*, encontramos perfis de pessoas usuárias que promovem a ressignificação de injúrias, autointitulando-se com termos de passado ofensivo – como “afeminado”, “bicha”, “menininha” e “garota” – ou com adjetivos que descrevem materialidades corporais e etárias desvalorizadas – como “gordo”, “gordão”, “obeso” e “velho”. Segundo Butler (2018), o ato de se nomear por uma injúria constitui uma possibilidade de ação. As palavras evocam o direito de que corpos de “não-gente” ocupem espaços normativos, sinalizando indiretamente que há a apropriação de nomeações derogatórias para marcar uma existência que não envolve a submissão à inferioridade.

Existir publicamente é, nesses casos, exercer certa agência. Ao comunicarem em seus perfis que são “bicha”, “gordo”, “velho” e termos afins, esses usuários agem político-coletivamente, não apenas no plano individual, posto que as capacidades de agir em seus perfis

pressupõem uma alteridade (Figueiredo, 2024), uma dimensão relacional entre quem se conecta à aplicação. Seus enunciados, ao circularem midiaticamente, representam categorias sociais: as pessoas que se desviam dos padrões de masculinidade, juventude ou corporalidade valorizada; assim, espelham outros sujeitos tidos como inferiores, dentro e fora do *Grindr*, que (re)modela em algum grau o mundo social e as subjetividades em tempos de plataformação.

Outras duas pesquisas identificaram a mesma prática ao analisarem perfis no *Grindr* e/ou em aplicativos semelhantes: Lucas Díaz Ledesma e Eva Navarro Martínez (2025), em estudo na região argentina de La Plata, e Almerindo Cardoso Simões Júnior (2022), em cartografia digital realizada em distintos estados do Brasil. Ambas as produções, cada uma acionando perspectivas teórico-metodológicas à sua maneira, apontam para o potencial da agência nas reapropriações das injúrias investigadas, cujos significados pejorativos são deslocados, enquanto novos são reivindicados.

Retornando ao *corpus* desta pesquisa, observamos que parte da reapropriação injuriosa que coletamos não era enunciada por pessoas usuárias que adotam uma postura agressiva direta. Sem buscar embate, esses sujeitos se exibiam como não alinhados às normas, autointitulando-se com vocábulos de passado ofensivo. A agência reside na autonegação, sem adesão a uma lógica explicitamente conflituosa contra efeminofobias, gordofobias ou etarismos. Afirmam-se apenas como afeminado, gordo e velho, o que pode deslocar o significado desses termos odiosos, impulsionando uma renovação no fluxo normativo. Nossa atenção volta-se aos sentidos performativos que esses termos adquirem no tempo, marcados por uma cadeia diacrônica de significados. Focamos inicialmente nas expressões femininas e/ou construções pejorativas associadas à homossexualidade.

Figura 2 - Trechos de perfis do *Grindr*: afeminado/a



Fonte: Dados da pesquisa.

Descrição da Figura 2: dois retângulos amarelos, cada qual com um texto escrito em preto: (1) “Sou afeminado”, (2) “afeminada”.

Em perfis, deparamo-nos com descrições como “sou afeminado” e “afeminada”. O emprego dessas expressões para autointitulação está ligado à perspectiva normativa que deprecia o gênero feminino e a falta de virilidade. Para analisar a performatividade desses termos, investigamos parte de sua historicidade sociocultural e comunicacional, iniciando a partir das forças que regulavam corpos no período pós-colonial brasileiro. Fry e Macrae (1985) indicam que o discurso científico teve papel crucial nas homofobias nacionais ao forjar, opor e hierarquizar as categorias “heterossexual” e “homossexual”, inferiorizando esta última. Além disso, popularizou-se a dicotomia de que afeminados/penetráveis seriam homossexuais, enquanto machos/penetradores seriam “homens de verdade”.

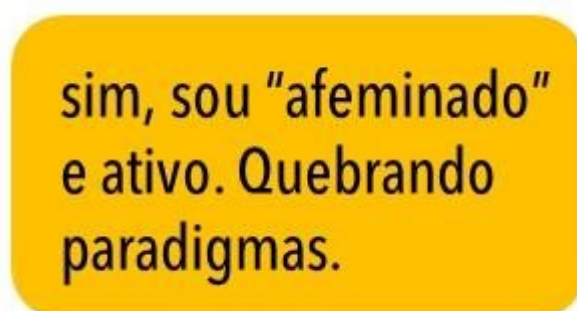
Green (2019), pesquisando encontros entre homens em São Paulo e Rio de Janeiro no século XX, identificou a manifestação desse sistema dual. O pesquisador analisou práticas sexuais homossexuais clandestinas em locais públicos e semipúblicos, como praças, saunas e cinemas. Entre 1890 e 1930, Green observou um espelhamento no modelo heterossexual que gerava as duplas bofe/bicha, ativo/passivo, macho/afeminado, em que o ativo-penetrador era percebido como heterossexual, pois o papel de gênero superava a prática sexual. Além da distinção, criaram-se hierarquias: o ativo-penetrador era superior ao passivo-penetrado, este associado à afeminação e à prostituição indesejáveis (Del Priore, 2011). Por outro lado, assim como Green (2019), Trevisan (2018) mostrou que havia desobediências ao sistema cisheteronormativo, com homens praticando sexualidades fluidas e versáteis. Alguns ativos eram afeminados; certos passivos, bofes. O descumprimento da dicotomização revela o caráter ficcional e performativo das identidades sexuais e de gênero proposto por Butler (2017b; 2019), indicando brechas no poder, mesmo na ausência de subversão pública.

Durante a ditadura militar brasileira e, principalmente, com a retomada democrática, os modelos viado/bofe e passivo/ativo se enfraqueceram (Fry; Macrae, 1985). Casais de homens de classe média de centros urbanos buscavam uma relação mais igualitária e a manutenção dos privilégios masculinos (Macrae, 2018). Eles se definiam como “entendidos”, designando HRH menos por papéis sexuais e mais pela escolha do objeto masculino. Entre os entendidos, havia rejeição a termos pejorativos como “bicha” e “viado”, preferindo uma sexualidade despolitizada e mais resguardada, vivida distante da percepção pública (Quinalha, 2021).

A hierarquização entre ativos e passivos não se dissolveu com a emergência dos entendidos; ela persiste atualmente. Em espaços de sociabilidade gay, o homem penetrado – especialmente afeminado – é visto como perdedor da virilidade, ao passo que o penetrador

preservaria sua masculinidade (Nogueira, 2020). Investigações prévias que realizamos no *Grindr* (Medeiros, 2021) indicam que homens passivos sofrem discursos odiosos e vexatórios por serem classificados como inferiores e associados a feminilidades. De modo similar, a associação entre ativo e virilidade continua vigente, como se fosse incompatível com a efeminação, o que é notável no perfil da Figura 3:

Figura 3 - Trecho de perfil do *Grindr*: afeminado e ativo



Fonte: Dados da pesquisa.

Descrição da Figura 3: um retângulo amarelo, em que dentro há um texto escrito em preto: “sim, sou ‘afeminado’ e ativo. Quebrando paradigmas”.

O usuário em questão negocia com as lógicas de poder e a percepção de seu corpo. Ao se posicionar como um ativo afeminado, ele abdica da pretensa superioridade do penetrador, que é valorizada pela norma. Isso gera um deslocamento conceitual entre afeminado e ativo, evidenciando que as existências podem se interseccionar. Ele adiciona deboche ao declarar que está quebrando paradigmas, rompendo com o estereótipo de que ativos são viris e afeminados, passivos. O caráter ficcional das identidades discutido por Butler (2017b; 2019) é atestado pelo perfil, em que se manifesta uma agência que confronta as normas enquanto delas se utiliza. “É, pois, no interior de práticas de significação que repetem e variam os códigos culturais que se torna possível a subversão das identidades” (Blanco, 2024, p. 10). A fantasia de dualidade é rasurada.

No estudo sobre masculinidades viris em espaços de pegação em São Paulo na década de 1980, Néstor Perlongher (2008) observou a coexistência de sistemas sexuais. O antropólogo descreveu um deslocamento da figura da bicha louca para o gay-macho: o homem superviril, musculoso e discreto. Nos locais de sexo furtivo, michês que performavam essa masculinidade caricata eram valorizados, aumentando suas chances de lucro e comercialização. “[O] gay-macho procuraria ser mais machão, não para atrair o pessoal muito bicha, senão para seduzir o mais metido a machão também” (Perlongher, 2008, p. 99), o que consolidou o modelo

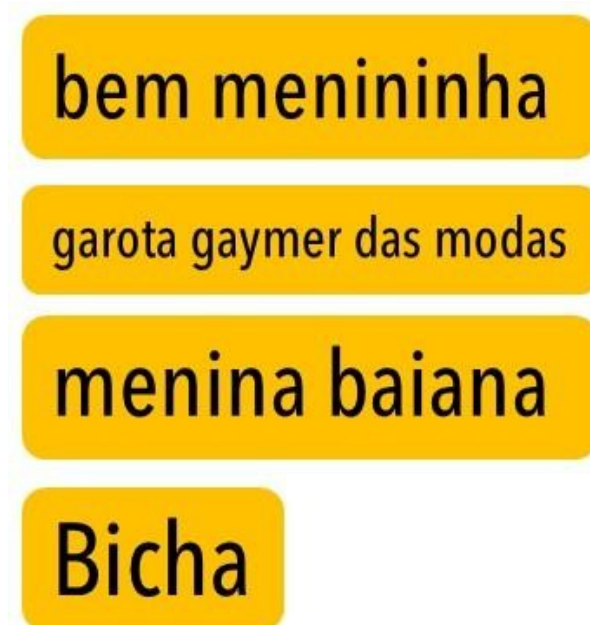
relacional gay-macho/gay-macho. O homem idealizado era “[...] o perfeitamente ajustado na sociedade, aquele que permanece machista e dominador de mulheres, mas isto não vem sem o componente complicador: este ideal é hétero, tende à homofobia e, mais uma vez, se volta contra o sujeito do desejo” (Miskolci; Pelúcio, 2008, p. 13). Ressaltamos que não havia abandono da moralidade ou da respeitabilidade pública, pois esses encontros eram realizados de forma subterrânea.

O gradual processo de abertura democrática, iniciado por volta de 1974, relaxou as homofobias e impulsionou a revolução sexual (Del Priore, 2011). O mercado consumidor gay se expandiu, e no final da década, veículos de comunicação direcionados para homossexuais começaram a surgir. Enquanto as disputas por visibilidades políticas eram difíceis, a esfera mercadológica oferecia menor resistência (Quinalha, 2021). Era mais fácil valorizar HRH como consumidores do que garantir seus direitos de cidadania. A existência de HRH com poder de compra era atraente ao setor privado, independentemente de sua autoidentificação. A ascensão de homossexuais via mercado “[...] favorece[u] aberturas quando pode tirar lucro del[e]s, mas cobra seus juros através de uma cooptação cruel” (Trevisan, 2018, p. 306).

As vivências gays e lésbicas ficaram limitadas ao eixo comercial de nicho, o que se associa à homonormatividade (Duggan, 2002), que se baseia na lógica neoliberal, sendo moralmente variável. As vertentes liberais defendem a igualdade gay/lésbica, desde que não haja contestações aos preceitos cisheteronormativos ou impedimento ao mercado de consumo. Assim, são aceitas pessoas homossexuais com estilos de vida privatizados, despolitizados e alinhados ao dualismo de gênero, excluindo outros corpos LGBTQIAPN+, modelo mais valorizado na contemporaneidade (Drucker, 2018) e também no *Grindr*.

Ao abordarmos parte da historicidade sociocultural e comunicacional vivida por HRH, é possível notar que, em todos os modelos relacionais, persistem o rechaço e/ou a inferiorização a homens que são associados ao feminino. Tais corpos são percebidos como se tivessem fracassado em adotar masculinidades adequadas; simultaneamente, abrem vias contra a homo e cisheteronormatividade. Assim, homens que se comunicam se intutilando com palavras femininas no *Grindr* provocam um desvio no fluxo normativo histórico, apropriando-se dele para subvertê-lo (Butler, 2017b), conforme observado a seguir:

Figura 4 - Trechos de perfis do *Grindr*: menina, garota e bicha



Fonte: Dados da pesquisa.

Descrição da Figura 4: quatro retângulos amarelos, cada qual com um texto escrito em preto: (1) “bem menininha”, (2) “garota gaymer das modas”, (3) “menina baiana”, (4) “Bicha”.

Outra autodenominação recorrente, além de “afeminado/a” e do uso do feminino, é “bicha”. Green (2019) sugere que a origem de “bicha” remonte aos anos 1930, popularizando-se na década de 1960 como termo pejorativo para homossexuais. Embora sua etimologia exata seja incerta – podendo estar ligada ao parasita intestinal ou ao francês *biche*, cuja tradução é “corça”, feminino do animal veado –, o autor levanta a hipótese de que a palavra tenha sido criada pelo próprio grupo de gays passivos/afeminados para se autodenominar. Há, portanto, diferentes usos e significados que atravessam o termo, ora tomado como derogatório, ora como autorreferência política. Encontramos apoio a essa constatação também em Quinalha (2021), que expõe que “bicha”, assim como “boneca” e “viado”, era utilizada por policiais e censores na ditadura militar para rechaçar e humilhar pessoas LGBTQIAPN+; por outro lado, era igualmente adotada de maneira positiva e combativa no *Lampião da Esquina*, jornal segmentado da época que era produzido por e para homossexuais. Logo, a manifestação performativa de “bicha” no *Grindr* envolve disputas passadas, o que evidencia que as lógicas do poder tanto restringem quanto oferecem possibilidades identitárias e aberturas para ressignificações produtivas (Butler, 2017b).

A análise dos perfis a partir da historicidade em questão nos revela que certos nomes e uso do feminino são marcados por apropriações e disputas anteriores. A performatividade

dos discursos de ódio pode ser remodelada não só pelas normas, mas também por agências linguísticas (Ingala, 2024). Em um ciclo de retroalimentação, pessoas usuárias do *Grindr* que se definem como afeminadas ou no feminino incorporam um nome que lhes submeteu ofensivamente; em seguida, emergem enquanto sujeitos ao se apropriarem dele, deslocando sua performatividade e seu significado. Diante do enaltecimento de masculinidades homonormativas e viris, autodenominar-se afeminado ou usar o feminino é uma possibilidade de ação contra a efeminofobia.

A desvalorização normativa de corpos afeminados assemelha-se às gordofobias e aos etarismos no contexto dos HRH no *Grindr*. A imagem do gay que performa masculinidade próxima à heterossexualidade manifesta-se na juventude corporal, virilidade e discrição, fatores que se ligam à epidemia do HIV no Brasil nos anos 1980. O vírus foi associado a práticas homossexuais específicas, como promiscuidade e afeminação (Trevisan, 2018). Isso levou a um esforço dessa população para evitar a aparência gay e, conseqüentemente, a imagem de pessoa que vive com HIV. O corpo magro e musculoso tornou-se um ideal, impulsionando o uso de medicamentos e a malhação intensa, o que fomentou o culto à supervirilidade em tal grupo. Nesse contexto, muitos HRH buscavam parecer “fora do meio gay” e parceiros que evitassem o circuito homossexual, o que era visto como símbolo de falta de saúde e de hombridade (Miskolci, 2017).

Simões Júnior (2022), em investigação brasileira sobre o *Grindr*, relata que a valorização do corpo sarado e “higienizado” é atualmente persistente. O pesquisador explica que a figura do “padrãozinho”, representada por um homem que é percebido como jovem e musculoso, está no topo da hierarquia homosocial. Adicionalmente, Austen, Bonell e Griffiths (2022), ao dialogarem com usuários australianos do *Grindr*, constataram que a gordura é compreendida no aplicativo como antítese da masculinidade. Nesse sentido, homens gordos são rechaçados na aplicação por serem associados a um status social mais baixo, que os aproxima da feminilidade.

Embora existam normas específicas para HRH, o impulso para domar o corpo, adiar o envelhecimento e eliminar gorduras permeia a contemporaneidade (Sibilia, 2004; Jimenez, 2022). Estratégias de estilização corporal, como cirurgias plásticas, uso de filtros e dietas obsessivas, são amplamente adotadas. A omissão dessas práticas é moralmente condenada, especialmente quando envolve sujeitos com corpos gordos e/ou idosos. Predomina a falácia de que esses sujeitos fracassaram na autogestão corporal, falhando em manter a boa forma ou a

aparência juvenil. Perfis que se alinham a essa crítica se autodenominam a partir de termos com performativos insultuosos (Figura 5).

Figura 5 - Trechos de perfis do *Grindr*: gordo e velho

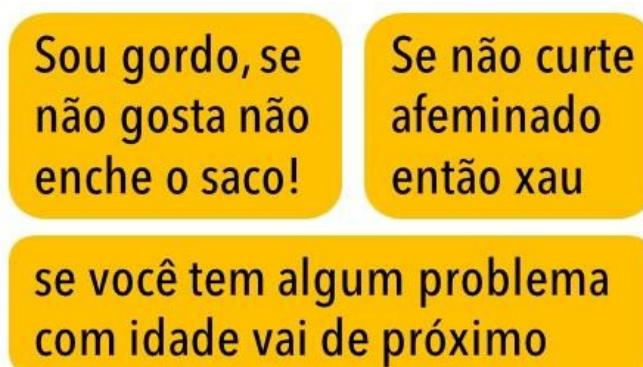


Fonte: Dados da pesquisa.

Descrição da Figura 5: seis retângulos amarelos, cada qual com um texto escrito em preto: (1) “eu sou gordo”, (2) “Gordo e gostoso pra um caralho”, (3) “Gordão”, (4) “obeso”, (5) “Sou velho”, (6) “Tenho idade”.

A agência nessas descrições, semelhante às da Figura 2, sugere uma resposta antecipada ao chamamento derogatório, pois evidencia que o performativo odioso pode falhar ao não ter seu sentido voltado unicamente para a inferiorização (Butler, 2017b). Localizamos outros perfis que também utilizam injúrias como autodenominação. Diferentemente dos primeiros, estes já reconhecem ser corpos menos desejados social e normativamente.

Figura 6 - Trechos de perfis do *Grindr*: uso da condicional



Fonte: Dados da pesquisa.

Descrição da Figura 6: três retângulos amarelos, cada qual com um texto escrito em preto: (1) “Sou gordo, se não gosta não enche o saco”, (2) “Se não curte afeminado então xau”, (3) “se você tem algum problema com idade vai de próximo”.

Nota-se o uso do “se” como conjunção condicional, cuja presença encontramos em diversos outros perfis. Essas pessoas usuárias afirmam ser gordas, afeminadas ou não jovens, reconhecendo a possibilidade de não serem desejadas e evidenciando a possibilidade de serem ignoradas. Tais construções de si implicam a assunção do sujeito pela linguagem e sujeição ao poder: as categorias derogatórias são aceitas, de modo que ocorre uma sujeição, a qual também garante existência social e psíquica (Butler, 2017a). O poder, portanto, atua inicialmente como força formativa, sendo subsequentemente retomado como potência de ação. A ambiguidade de ser sujeito ao poder e sujeito do poder ilustra que as pessoas usuárias, ao mesmo tempo em que reiteram a subordinação, deslocam a injúria ao atribuírem-na a si. Eles evitam expor-se intransitivamente, incorporando na condicional uma chancela ao poder que reconhece sua potencial desvalorização. Essa negociação com o poder, ao recitá-lo e deslocá-lo, demonstra que a agência é não exclusivamente emancipatória (Paz, 2021).

Em complemento, a agência nesses exemplos manifesta certo grau de agressividade não violenta (Butler, 2021a). Expressões como “Não enche o saco” e “então xau” servem como postura autodefensiva contra os ódios gordofóbicos, efeminofóbicos e etaristas. Algo similar foi observado por Simões Júnior (2022) em dois perfis coletados para a sua pesquisa em aplicativos como o *Grindr*: (1) “Muitos aqui são preconceituosos, machistas e homofóbicos ... o curioso é que são gays e deveriam lutar contra tudo isso... *Vocês são lixo!*” (Simões Júnior, 2022, p. 190, grifo nosso); (2) “n despeje seu preconceito tóxico em cima de alguém. Só pq você ã curte gordos ou afeminados... isso n te dá o direito de menosprezar, *voce apenas tá sendo um babaca*” (Simões Júnior, 2022, p. 188, grifo nosso). A força dessas formulações revela que, apesar de haver implícita subordinação, as exigências normativas não intimidam determinadas pessoas usuárias a ponto de incapacitá-las de se posicionar comunicacionalmente como corpos que importam.

5 Considerações finais

Esta investigação sobre “injúrias como autodenominações” no *Grindr* demonstrou que a persistência dos discursos de ódio efeminofóbicos, gordofóbicos e etaristas é indissociável de capacidades de agir. Em tempos de plataformização, o *Grindr* atua como ambiente midiático

e comunicacional que (re)modela o mundo social e as subjetividades de HRH. Preenchendo uma lacuna científica em investigações que privilegiam a análise das violências, este estudo demonstrou que discursos de ódio e agências concretizam-se nas relações interacionais e práticas comunicacionais, pela linguagem. Tais fenômenos não ocorrem isoladamente, pois a performatividade odiosa possui força cumulativa e histórica.

Reconhecemos a cisheteronormatividade como sistema de poder central para que tais discursos continuem sendo proferidos e naturalizados. Por isso, foi relevante estudar a historicidade a partir da agência butleriana: as capacidades de agir dependem das normas para existir, operando por meio de reiterações que podem reorientar fluxos de poder. Ao assumir uma injúria, o sujeito desafia o poder normativo pela reapropriação de termos. As agências encontradas não são puramente autônomas, mas negociadas, revelando a inseparabilidade entre sujeição e resistência.

Mesmo em expressões transgressoras, a barganha com o poder exige que o sujeito o recite, utilizando o passado derogatório como potencial de ressignificação. Essas agências empurram a performatividade dos ódios para revisões, demonstrando que o poder sobrevive ao barganhar com contradiscursos. Ao desestabilizarem oposições binárias (ativo/afeminado) e evidenciar o caráter ficcional das identidades, os sujeitos provocam curto-circuitos no fluxo normativo. Assim, poder e contrapoder empurram-se mutuamente em uma disputa comunicacional contínua.

Financiamento

Esta pesquisa foi desenvolvida com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

ALENCAR, Venan Lucas Oliveira. **Aplicativos de encontros gays**: traços identitários de seus usuários em Belo Horizonte. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ALVES, Joel Bastos; SANTOS, Céres Marisa Silva; REGIS, Livia da Costa. A (re)construção do ser masculino: uma análise do conteúdo no aplicativo Grindr em Juazeiro-BA em 2023. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 11, n. 4, 2024.

AUSTEN, Emma; BONELL, Sarah; GRIFFITHS, Scott. Fat is feminine: a qualitative study of how weight stigma is constructed among sexual minority men who use Grindr. **Body Image**,

Amsterdam, v. 42, p. 160-172, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2022.06.005>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BAYDOUN, Mahmoud. **Não sou nem curto afeminados**: reflexões viadas sobre a efeminofobia nos apps de pegação. Salvador: Devires, 2020.

BLANCO, Daniela Cunha. Butler e a capacidade de agência dos sujeitos políticos: o debate com Fraser e as influências de Foucault e Derrida. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 47, n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2024.v47.n2.e02400286>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BONFANTE, Gleiton Matheus. **Erótica dos signos em aplicativos de pegação**: performances íntimo-espetaculares de si. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021a.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1, 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Ed. Unesp, 2021b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

CHAN, Lik Sam. Ambivalence in networked intimacy: observations from gay men using mobile dating apps. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 20, n. 7, p. 2566-2581, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444817727156>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CONNER, Christopher. The gay gayze: expressions of inequality on Grindr. **The Sociological Quarterly**, London, v. 60, n. 3, p. 1-23, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/00380253.2018.1533394>. Acesso em: 10 fev. 2026.

COSTA, Ramon Silva. **Entre taps e direitos**: proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade no aplicativo Grindr. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DÍAZ LEDESMA, Lucas; NAVARRO MARTÍNEZ, Eva. Los maricones, ¿no existen?: contextos neofascistas y discursos de odio en Grindr. In: DEL MANZO, María Belén; VALENTINO,

Alejandra (org.). **Violencias, identidades y derechos en el discurso social contemporáneo**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2025. p. 40-53.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 199-217, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i10.10927>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana (org.). **Materializing democracy**: toward a revitalized cultural politics. Durham: Duke University Press, 2002. p. 175-194.

FIGUEIREDO, Cristina. A teoria do sujeito em Judith Butler: o conceito de agência. **Revista de Filosofia Instauratio Magna**, Santo André, v. 4, n. 1, p. 182-201, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36942/rfim.v4i1.1000>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

GARCÍA-GÓMEZ, Antonio. Discursive representation of masculinity and femininity in Tinder and Grindr: hegemonic masculinity, feminine devaluation and femmephobia. **Discourse & Society**, Thousand Oaks, v. 31, n. 3, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0957926520903523>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2025a.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. Petrópolis: Vozes, 2025b.

GONÇALVES, João Antonio. **Estratégias de coping e subversão frente às normatividades de gênero e sexualidade nas relações entre os usuários/es do aplicativo geossocial gay Scruff**. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

GRINDR. Grindr. **Grindr**, [s. l.], 2022.

GRINDR. Grindr. **Grindr**, [s. l.], 2025a.

GRINDR. Investor relations. **Grindr**, [s. l.], 2025b.

HAKIM, Jamis *et al.* Digital intimacies: queer men and smartphones in times of crisis: a roundtable discussion. **Sexualities**, Thousand Oaks, v. 28, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13634607251314694>. Acesso em: 27 out. 2025.

HUTSON, Jevan *et al.* Debiasing desire: addressing bias and discrimination on intimate platforms. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, New York, v. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3274422>. Acesso em: 27 out. 2025.

INGALA, Emma. What can subjects do? Judith Butler's notion of agency. In: FATHAIGH, Cillian Ó; RAE, Gavin (org.). **Subjective agency and poststructuralism**. London: Routledge, 2024. p. 58-80.

JIMENEZ, Malu. **Lute como uma gorda**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Discursos de ódio. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio (org.). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero**: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. FURG, 2015. p. 287-300.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOZANO BUITRAGO, Andrés F. Teorías sociales y Grindr: reflexiones sobre poder, género y sexualidad. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación**, Buenos Aires, n. 250, p. 79-104, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18682/cdc.vi250.12102>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "abertura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MEDEIROS, Ettore Stefani. **Te(n)sões entre homens**: homofobias e preconceitos entre masculinidades em aplicativos de encontro gay. Curitiba: Appris, 2021.

MEDEIROS, Ettore Stefani. **Capacidades de agir no aplicativo Grindr**: agências e negociações diante dos ódios contra homens com práticas afetivo-sexuais gays. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MELO, Thiago Benitez. **Corpos no armário**: performances narrativas das masculinidades e travessias homoeróticas na fronteira. 2023. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Prefácio. In: PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

MOWLABOCUS, Sharif. A Kindr Grindr: moderating race(ism) in technospaces of desire. In: RAMOS, Regner; MOWLABOCUS, Sharif (org.). **Queer sites in global contexts**: technologies, spaces, and otherness. New York: Routledge, 2021. p. 33-47.

NOGUEIRA, Gilmaro. **Caças e pegações online**: subversões e reiteraões de gêneros e sexualidades. Salvador: Devires, 2020.

PAZ, Diego. **Construir-se nas LGBTfobias**: existência, resistência e capacidade de agir no contexto brasileiro. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021.

PELÚCIO, Larissa. **Amor em tempos de aplicativos**: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo. 2017. Tese (Livre-docência em Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017.

PEREZ, Clotilde. Signos do ódio ou a real missão impossível. In: ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro (org.). **Ensaaios sobre o ódio**. São Paulo: LiberArs, 2017. p. 29-38.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PHILIP, Shannon. Grindr wars: race, caste, and class inequalities on dating apps in India and South Africa. **Ethnoscripts**, Hamburg, v. 26, n. 1, p. 66-86, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15460/ethnoscripts.2024.26.1.2329>. Acesso em: 9 fev. 2026.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>. Acesso em: 9 fev. 2026.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RACE, Kane. Mobilizing the biopolitical category: problems, devices, and designs in the construction of the gay sexual marketplace. In: PAPACHARISSI, Zizi (org.). **A networked self and love**. New York: Routledge, 2018. p. 156-172.

RODRIGUES, Hênio Santos. **A quem pertence o corpo do homem preto e gay?** Racismo afetivo-sexual e os efeitos deletérios na saúde mental dos homens pretos e gays. 2025. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**: pensando o sexo. São Paulo: UBU, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SENSOR TOWER. **Top dating apps in Brazil Q4 2025**: unified platform insights. San Francisco: Sensor Tower, 2025.

SIBILIA, Paula. O pavor da carne: riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 25, p. 68-84, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.25.3286>. Acesso em: 9 jan. 2026.

SILVA, Mauro Sérgio. **Gay afetado encontro mais que sexo no Grindr**. São Paulo: Dialética, 2024.

SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. **Dos armários, fobias, discursos e resistências**: cartografia das masculinidades em ambientes digitais. 2022. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

STEINFELD, Jemimah. Forced out of the closet: as people live out more of their lives online right now, our report highlights how LGBTQ dating apps can put people's lives at risk. **Index on Censorship**, Thousand Oaks, v. 49, n. 2, p. 101-104, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306422020935360>. Acesso em: 9 jan. 2026.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

If you don't like effeminate guys, then bye: agency in the face of hate speech on the Grindr app

Abstract

Platformization has reconfigured affective-sexual relations and subjectivities through apps like Grindr. Although the application facilitates connections between men, its use frequently reflects discursive violence and the reproduction of social exclusions. This research addresses the scientific gap regarding the capabilities of acting in this scenario, aiming to analyze how Grindr users develop linguistic agencies in the face of hate speech. Theoretically, the study is anchored in Judith Butler's perspective on performativity and agency, recognizing the historical and communicational character of insults within a cisheteronormative matrix, which remain open to resignification. Methodologically, the investigation is exploratory and qualitative. Based on the Butlerian concept of agency and the historicities linked to men who have affective-sexual relationships with men, profiles from all Brazilian states and the Federal District were analyzed. The analytical focus lies on the category "insults as self-denominations," observing how users

appropriate pejorative terms – such as “effeminate,” “fat,” and “old” – to resignify them. The analysis demonstrates that these agencies are not purely autonomous but negotiated: by citing the insult to self-define, the subject utilizes the force of normative power to displace its flows and challenge inferiority. It is concluded that such communicational practices cause ruptures in the performativity of hate, demonstrating that power is subject to inflections and reorientations through language.

Keywords

hate speech; agency; performativity; Grindr

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Ettore Stefani de Medeiros

Coleta de dados: Ettore Stefani de Medeiros

Análise e interpretação de dados: Ettore Stefani de Medeiros

Redação: Ettore Stefani de Medeiros

Revisão crítica do manuscrito: Ettore Stefani de Medeiros

Autoria para correspondência

Ettore Stefani de Medeiros

ettoreprofessor@gmail.com

Como citar

MEDEIROS, Ettore Stefani de. Se não curte afeminado, então tchau: capacidades de agir frente aos discursos de ódio no aplicativo Grindr. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-151796, 2026. Seção temática 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151796>

Recebido: 15/11/2025

Aceito: 10/03/2026

Copyright (c) 2026 Ettore Stefani de Medeiros. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

